



## **Sistema de Informação Contábil: Uma análise da Compatibilidade dos *Softwares* utilizados nas empresas de Serviços Contábeis do Vale do Caí com o SPED**

Jenifer Soares Meireles, Cleudes Teresinha Maffei Barcellos, Willian Diehl, Adriane Bruchêz

### **RESUMO**

O presente estudo buscou identificar a compatibilidade dos *softwares* utilizados nas empresas de serviços contábeis do Vale do Caí com o SPED. Para maior entendimento do assunto abordado desenvolveu-se o referencial teórico desde que esses procedimentos eram manuscritos, até transformarem-se em sistemas digitais. Quanto à metodologia utilizada, a pesquisa se caracteriza como descritiva, já o procedimento utilizado para a coleta de dados foi um levantamento, onde se aplicou questionários aos escritórios contábeis da região do Vale do Caí/RS. Buscou-se saber, sobre as funcionalidades dos sistemas contábeis utilizados pelas empresas de serviços contábeis dessa região. Com base nos resultados obtidos e visando responder ao problema de pesquisa, concluiu-se que em relação à Escrituração Contábil Digital (ECD), Escrituração Contábil e Fiscal (ECF), Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital – EFD ICMS/IPI, E-social módulo empregador doméstico, a maioria dos *softwares* das empresas de serviços contábeis são compatíveis com o SPED.

**Palavras chave:** *Softwares*. SPED. Sistemas Contábeis.

### **1 INTRODUÇÃO**

Na evolução histórica da contabilidade, os procedimentos contábeis passaram por diversas alterações. Os primeiros registros encontrados caracterizam a fase dos procedimentos manuscritos, com a invenção do papel (papiro) no Egito antigo surgiram os primeiros registros contábeis de forma manuscrita (ORTEGA e PILENGHY, 2011).

Mais tarde, os procedimentos contábeis passaram a ser mecanizados, com uso de máquinas e que, por fim, com o avanço da tecnologia o uso de computadores, iniciando a fase de informatização (ORTEGA e PILENGHY, 2011).

Desta forma, foram surgindo sistemas de informações contábeis na qual as organizações contábeis, começaram a utilizar tecnologias que envolvem equipamentos e sistemas para a melhoria dos processos e envio de arquivos digitais ao fisco (OLIVEIRA, 2011). Assim como os escritórios utilizam dos sistemas de informações como ferramenta de apoio.

Duarte (2009) afirma que o fisco também faz investimentos em tecnologia da informação para obter informações detalhadas dos contribuintes e fazer o cruzamento entre as obrigações acessórias entregues. No que tange aos cruzamentos das informações fiscais, o Governo utiliza a tecnologia da informação para confrontar os dados contidos nas obrigações acessórias do SPED (BRASIL, 2016a).

Assim, para a presente pesquisa efetuou-se um levantamento bibliográfico sobre os sistemas de informações contábeis, e obrigações acessórias do SPED. Com o objetivo de analisar a compatibilidade dos *softwares* utilizados nas empresas de serviços contábeis do Vale do Caí com o SPED.

Conclui-se que os *softwares* de contabilidade utilizados pelas empresas de serviços contábeis, são compatíveis com o SPED, pois verificou-se que em relação a Escrituração Contábil Digital (ECD), Escrituração Contábil e Fiscal (ECF), Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital – EFD ICMS/IPI, E-social módulo



empregador doméstico, a maioria dos *softwares* de contabilidade das empresas de serviços contábeis geram grande parte dos blocos exigidos pela obrigações acessórias do SPED.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA DA CONTABILIDADE

Em relação ao surgimento da contabilidade, Toigo (2009) afirma que as primeiras obras que abordavam sobre escrituração patrimonial, surgiram no fim do século XV, dando maior divulgação à nova ciência que surgia.

Este aspecto também é comentado por Higa e Altoé (2015), na qual destacam que desde 1494 o frei Luca Pacioli já punha em destaque a teoria do débito e do crédito, ante a necessidade de controlar os bens, codificando o sistema de partidas dobradas num apêndice de um livro publicado em Veneza.

No Egito antigo Ortega e Pilenghy (2011), afirmam que com a invenção do papel (papiro) surgiram os primeiros registros contábeis manuscritos, que tornaram se defasados com o surgimento dos procedimentos mecanizados.

Desta forma, Bazzi (2014), também afirma que a contabilidade teve seu surgimento da arte do homem primitivo, através de pinturas rupestres e pedaços de ossos de animais.

Em relação aos maquinários utilizados na contabilidade, Filho (2010) relata que o livro diário era inserido, normalmente com seu respectivo carbono copiativo, e as fichas de razão eram inseridas frontalmente, para datilografar os lançamentos diretos nas fichas de razão.

Azevedo e Mariano (2014), afirmam que a mudança da utilização do papel para a utilização dos sistemas informatizados, tornou-se necessária, pois a utilização do papel em todas as operações contábeis dificultaria tanto o contribuinte em cumprir as obrigações, quanto o Estado em fiscalizar.

### 2.2 SISTEMAS DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

No que concerne aos sistemas, Padoveze (2015) afirma que, sistema é um conjunto de elementos interdependentes, ou partes que interagem formando um todo unitário e complexo com determinado objetivo. Ainda Padoveze (2015), classifica os sistemas em abertos e fechados, na qual, os sistemas abertos são aqueles em que há interação com o ambiente externo, e os sistemas fechados, são aqueles que não interagem com o ambiente externo.

Para João (2014) o elemento principal dos SI é a informação, seu armazenamento e tratamento, para que essa informação possa servir de apoio às funções ou aos processos da empresa. Assim os SI são compostos de informações sobre pessoas, locais e todos os itens considerados relevantes para a organização (JOÃO, 2014).

Na relação entre tecnologia da informação e sistemas de informação, Gil, Biancolino e Borges (2010), afirmam que a TI é integrante dos SI, e que neste contexto, é composto por dados, pessoas, procedimentos, programas aplicativos, equipamentos e infraestrutura de informática.

No que diz respeito a *software*, Laudon e Laudon (2010), explicam que o *software* consiste em instruções já pré-programadas que controlam e coordenam os componentes do *hardware* para atingir determinado objetivo. No que se refere a *hardware* Laudon e Laudon (2010), explicam que *hardware* é o equipamento físico na qual é utilizado para as atividades de entrada, processamento e saída de informações.

As pessoas que trabalham com SI, constituem a força motriz desses SI, mas os sistemas devem ser capazes de serem operados com harmonia, para que as pessoas executem



suas atividades com eficiência e acurácia (GIL, BIANCOLINO e BORGES, 2010).

O banco de dados segundo Azevedo e Mariano (2014), afirmam que quando o fisco tem as informações das empresas em banco de dados, torna-se possível o cruzamento das informações entregues pelos contribuintes de forma rápida.

### 2.2.1 Sistema de automação de escritório (SAE)

Os sistemas de automação de escritórios são sistemas que contribuem para melhorar a produtividade e redução de custos sem reduzir a qualidade dos produtos e serviços (PEROTTONI et al, 2001). Os SAE incorporam, principalmente, dados de eventos externos, como concorrência ou leis tributárias que influenciam diretamente a empresa e seus objetivos (JOÃO, 2014).

O sistema de informação contábil para empresas de serviços contábeis é fornecido, na maioria das vezes, por empresas especializadas nesse segmento (*Folhamatic, Prosoft, Contmatic* etc) que tem estrutura voltada basicamente para o atendimento das necessidades legais (PADOVEZE, 2015).

O que caracteriza um sistema de informação é a navegabilidade dos dados, assim um dado ou a informação básica é a mesma em diferentes subsistemas de um sistema integrado (Padoveze, 2015). Os objetivos da integração dos dados para Cassarro (2003) são: diminuição dos dados informados ao computador, aumento do grau de utilização do equipamento, tornar mais ágil, econômica e eficiente o processamento e geração de informações.

Os subsistemas devem ser integrados com os demais sistemas operacionais ou contábeis, que geram as informações de base de cálculo, valores a recolher ou a recuperar (PADOVEZE, 2015). Em relação às integrações entre fisco e contribuinte, Gil, Biancolino e Borges (2010), afirmam que o fisco introduziu uma nova condicionante para o desenvolvimento de sistemas de informações, que é a integração com os sistemas de fiscalização.

## 2.3 RECEITA FEDERAL DO BRASIL E FISCALIZAÇÃO

Na década de 60 do século XX, a Receita Federal estava mal equipada, e para atender os interesses do governo, através de denúncia ou sorteio, definia quem seria fiscalizado no período (FILHO, 2010). Para aprimorar o sistema de fiscalização, a Receita Federal do Brasil, segundo Duarte (2009), através de seus próprios bancos de dados, têm efetuado o cruzamento de informações declaradas pelos contribuintes.

A intensa fiscalização por parte do ente público ao contribuinte procura reduzir a evasão fiscal, já que o fisco utiliza os tributos como forma de arrecadação para custeio dos gastos públicos (SOUZA, 2009). Da mesma forma Gil, Biancolino e Borges (2010) afirmam que o fisco realiza o trabalho de auditoria dos tributos arrecadados de maneira mais eficiente, com a utilização dos controles informatizados.

Segundo o Portal da Receita Federal (BRASIL, 2016g), a forma como o fisco comunica o contribuinte de irregularidades fiscais se dá de duas formas, carta comunicando a PJ sobre a sua incidência em fiscalização e consulta do extrato relativo às divergências apontadas no e-CAC, cujo acesso é efetuado mediante certificação digital, em razão do sigilo fiscal das informações.

Na esfera governamental, a Emenda Constitucional nº 42 de 19 de dezembro de 2003, introduziu o Inciso XXII ao art. 37 à Constituição Federal de 1988, determinando que as esferas tributárias atuassem de forma integrada:



Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada.

Com relação às obrigações acessórias, Casalino (2012) afirma que a obrigação acessória decorre da legislação tributária, na qual há um dispositivo de lei determinando que o contribuinte ou responsável exerça uma conduta em nome da fiscalização.

No que tange às autuações do fisco, o CRCPA (2011) apresenta o processo de fiscalização por parte do fisco antes e depois do uso da tecnologia da informação conforme Quadro 1:

**Quadro 1 – Antes e depois das fiscalizações com o uso da tecnologia da informação**

FISCALIZAÇÕES	ANTES	DEPOIS
Processo de auditoria	Conferência manual	Auditoria eletrônica
Períodos fiscalizados	Auditoria com períodos anteriores/passado	Acompanha o presente e projeta o futuro
Forma de atuação	Agia de forma repressiva, identificando situações de negligência e evasão.	Preventiva acompanhando o cumprimento das obrigações, procurando visibilidade.
Banco de dados entre os fiscos	Isolada	Integrada
Volume de dados fiscalizados	Por amostragem	Todas as operações
Local de fiscalização	Fiscalização no próprio local	Fiscalização a distancia
Formato das provas fiscalizadas	Provas em papel	Provas eletrônicas

Fonte: CRCPA (2011, p. 13), adaptado pela autora.

O processo de auditoria eletrônica das obrigações acessórias vem a ser o processo que valida e certifica os arquivos digitais contábeis e/ou fiscais de apresentação obrigatória ao Fisco, garantindo a conformidade das informações exigidas pelo mesmo (FOLHAMATIC, 2016b).

#### 2.4 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED)

O Decreto 6.022 de 22 de Janeiro de 2007, Brasil (2007) instituiu o SPED, apresentando no seu Art. 2º, o objetivo de sua aplicação:

Art. 2º O Sped é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal dos empresários e das sociedades empresárias, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.

Em relação ao SPED, Azevedo e Mariano (2014) afirmam o SPED altera a forma de cumprimento das obrigações acessórias realizadas pelos contribuintes, substituindo a emissão de livros fiscais e documentos contábeis e fiscais em papel por documentos eletrônicos.

O SPED que inclui a adoção de NF-e, não é uma invenção pioneira do governo brasileiro, considera-se como precursora de NF-e no mundo a Espanha (1990), e nesse mesmo molde o Chile implantou a NF-e conhecida com “*Factura Eletrônica*” em 2003. Ambos os



países desejavam redução dos custos que reduziram 15,7 bilhões de euros e 800 milhões de dólares de custos respectivamente (GIL, BIANCOLINO e BORGES, 2010).

De acordo com o Portal do SPED (2016) a Escrituração Fiscal Digital das Retenções e Informações da Contribuição Previdenciária Substituída (EFD-Reinf) é o mais recente módulo do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e está em fase de construção no momento.

#### **2.4.1 Escrituração Contábil Digital (ECD - Ou SPED Contábil)**

O decreto no 6.022, de 22 de janeiro de 2007, e alterações posteriores, instituiu o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). O Sped contábil, segundo Padoveze (2015), abrange os seguintes livros: diário, razão, balancetes diários, balanços, diários com escrituração resumida, diário auxiliar, razão auxiliar, DIPJ e E-Lalur.

Publicada a Instrução Normativa da Receita Federal 1.524 de 01 de dezembro de 2015, que altera a Instrução Normativa RFB nº 1.420, de 19 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital (ECD), especificou que a obrigatoriedade não se aplica às empresas do Simples Nacional, aos órgãos públicos, às autarquias e às fundações públicas, e pessoas jurídicas inativas.

#### **2.4.2 Escrituração digital das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas (E-Social)**

O Sistema de Escrituração Digital das obrigações Fiscais, Previdenciárias e trabalhistas (E-Social) é um projeto do governo federal que unifica a prestação das informações previdenciárias e trabalhistas e tem como objetivo padronizar sua transmissão, validação, armazenamento e distribuição, foi instituído pelo decreto 8.373 de 11 de dezembro de 2014.

O auxílio de um excelente *software* de contabilidade será fundamental, para a geração correta dos arquivos (leiaute dos eventos), mensageria que é o controle de envios e retornos dos arquivos gerados (GIL, BIANCOLINO e BORGES, 2010). Em relação aos eventos que serão prestados ao E-Social, estes englobam os eventos iniciais (informações do empregador), tabelas, eventos periódicos e não periódicos (MEDEIROS, 2014).

Os eventos não periódicos são os fatos jurídico-trabalhistas entre empregador e trabalhador que não tem uma data prefixada para ocorrer, como por exemplo: contratação, afastamentos, demissões, entre outras (FANTONI, 2014).

Já os eventos periódicos são os eventos que têm periodicidade previamente definida para sua ocorrência. Seu prazo de transmissão é até o dia 7 do mês seguinte, compostos por informações de folha de pagamento, de apuração de outros fatos geradores de contribuições previdenciárias, declarados pelo próprio contribuinte (FANTONI, 2014).

As ferramentas do E-Social que estão em vigor, a Lei Complementar 150 de 02 de junho de 2015, instituiu o Simples Doméstico, na qual determina o recolhimento em guia única das seguintes responsabilidades: Imposto sobre a Renda Pessoa Física, se incidente (Trabalhador), 8% a 11% de contribuição previdenciária (Trabalhador), 8% de contribuição patronal previdenciária (Empregador), 0,8% de seguro contra acidentes do trabalho (Empregador), 8% de FGTS (Empregador) e 3,2% de indenização compensatória (Multa FGTS Empregador).

Em relação ao fornecimento das informações, Medeiros (2014), afirma que não há um programa offline gerador de informações, ou um aplicativo que o empregador importe algum arquivo e faça as validações, e desde 01 de outubro de 2015, o Módulo Empregador Doméstico, ferramenta que possibilitará o recolhimento unificado dos tributos e do FGTS para os empregadores domésticos.



De acordo com o E-Social (2016), as informações a serem preenchidas englobam informações cadastrais de empregador e empregado, informações da folha (pagamentos e recebimentos), e demais ocorrências como alterações, afastamentos, CAT, aviso prévio e demissões.

#### **2.4.3 Escrituração Contábil Fiscal (ECF)**

A Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil de número 1353 de 30 de abril de 2013 instituiu a Escrituração Fiscal Digital do Imposto sobre a Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido da Pessoa Jurídica (EFD-IRPJ). Porém a IN da RFB nº 1422 de 19 de dezembro de 2013, revogou a IN da RFB nº 1353/2013, instituindo a Escrituração Contábil e Fiscal (ECF).

Com a instituição da ECF, a IN da RFB nº 1489 de 13 de agosto de 2014, dispensou as pessoas jurídicas da escrituração do Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) em meio físico e também dispensou a entrega da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ).

#### **2.4.4 Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições**

A Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.252, de 1 de março de 2012, instituiu a Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições), revogando a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.052, de 5 de julho de 2010 (BRASIL, 2010).

As informações de PIS e COFINS estiveram contidas em fichas específicas dentro da DIPJ e Dacon. Posteriormente foram extraídas da DIPJ e Dacon para serem incorporadas na EFD, pois as informações de PIS e COFINS aumentaram significativamente (AZEVEDO E MARIANO, 2014).

De acordo com Azevedo e Mariano (2014), em 2009 os pedidos de compensação de créditos do PIS e da Cofins somaram R\$ 13,5 bilhões, e R\$ 6 bilhões foram autorizados, porém na avaliação da Receita Federal, metade dos valores declarados eram indevidos, diante disso a Receita Federal precisou criar instrumentos de controle, para efetuar o cruzamento de dados, com o objetivo de identificar a evasão, sonegação e fraude.

Também para os contribuintes da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.252, de 1 de março de 2012 (BRASIL, 2012), tornou obrigatória a entrega da EFD Contribuições.

#### **2.4.5 Escrituração Fiscal Digital – EFD ICMS/IPI**

Escrituração Fiscal Digital (EFD) é um arquivo digital que se constitui de um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesse do fisco (FILHO, 2010).

O Convênio ICMS nº 143, de 15 de dezembro de 2006, substituído pelo Ajuste SINIEF 2, de 3 de abril de 2009 instituiu a Escrituração fiscal digital, para os contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e/ou do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI (BRASIL, 2009).

Segundo a Cláusula sétima do Convênio ICMS nº 143, de 15 de dezembro de 2006 (BRASIL, 2006) estabelece que a escrituração prevista na forma deste convênio substitui a escrituração e impressão dos seguintes livros: registro de entradas, registro de saídas, registro de inventário, registro



de apuração do IPI, registro de apuração do ICMS.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção é apresentada a classificação da pesquisa; a população e amostra a ser estudadas; os instrumentos que serão utilizados para a coleta dos dados e os métodos que serão aplicados no seu tratamento.

Quanto à forma de abordagem do problema, esta pesquisa trata-se de um estudo do tipo quali-quantitativo, para Mascarenhas (2012) baseia-se na quantificação para coletar para depois tratar os dados obtidos. O estudo constituiu-se de uma pesquisa descritiva, as pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, estabelecendo relações entre variáveis (GIL, 2002).

Neste estudo foi utilizado um levantamento ou *survey*, segundo Mascarenhas (2012), é o processo de colher informações, para depois com determinadas ferramentas estatísticas, tirar conclusões.

A população é o total dos sujeitos que detêm características comuns, já a amostra é o subgrupo da população (MALHOTRA et al, 2005). Já para Prodanov e Freitas (2013), população é a totalidade de indivíduos que possuem para um determinado estudo as mesmas características definidas.

Neste sentido, a partir de pesquisa junto ao Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), obteve-se a informação da existência de 85 empresas de serviços contábeis na região do Vale do Caí. Assim, considerou-se essa quantidade como sendo a população desse estudo.

Dessa população, os escritórios que aceitaram participar dessa pesquisa foram 50. Entretanto, desse montante, 12 não possuíam sistema de contabilidade pelo fato de, conforme informação por telefone, e também por e-mail de seus responsáveis, trabalharem somente em suas próprias residências com clientes sendo produtores rurais e micro empreendedores individuais, e outros por efetuarem apenas serviços de consultoria empresarial. Sendo assim, considerou-se como a amostra desse estudo, 38 escritórios (44,71% da população).

Da amostra de 38 empresas de serviços contábeis desta pesquisa, o questionário foi respondido por colaboradores, coordenadores e diretores destas empresas, totalizando 58 respondentes, além de que as questões foram separadas por departamentos (fiscal, contábil, e pessoal).

Neste estudo foi adotado o método de amostragem probabilística por acessibilidade, e, ao final da coleta dos dados, a amostra foi o número de questionários respondidos. A coleta dos dados foi realizada mediante aplicação de questionários, para Mascarenhas (2012) o questionário é o instrumento utilizado para medir dados com precisão na qual o pesquisador formula perguntas que serão respondidas pelo participante.

Na coleta de dados os questionários foram elaborados por meio do Google Docs. A análise dos dados coletados, foi com base no referencial teórico, alinhado aos objetivos específicos e a questão de pesquisa.

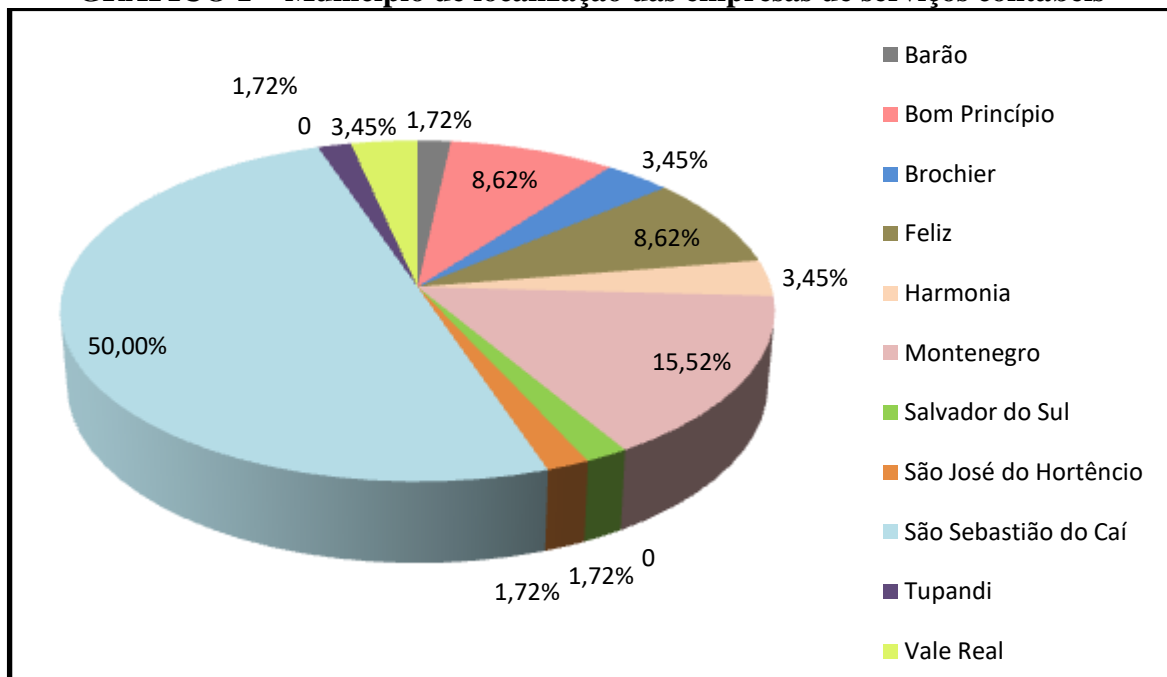
Foi realizado um pré-teste para testar a aplicação do questionário, que de acordo com Prodanov e Freitas (2013) o pré-teste refere-se ao teste do questionário em uma pequena amostra de entrevistados, com o objetivo de identificar e eliminar problemas potenciais. O mesmo foi testado por três proprietários de empresas de serviços contábeis de São Sebastião do Caí, que responderam ao questionário com um tempo médio de 10 minutos.



#### 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste item são abordadas as análises descritivas dos resultados obtidos após a aplicação dos questionários. No Gráfico 1, verifica-se os municípios onde estão localizados os escritórios contábeis participantes da pesquisa.

**GRÁFICO 1 – Município de localização das empresas de serviços contábeis**



Fonte: Elaborado pela autora.

Segundo a Fundação de Economia e Estatística (FEE, 2016), a região do Vale do Caí possui uma área total de 1.854,4 km<sup>2</sup> com o total de 179.891 habitantes, na qual a densidade demográfica é de 93,9 hab/km<sup>2</sup>.

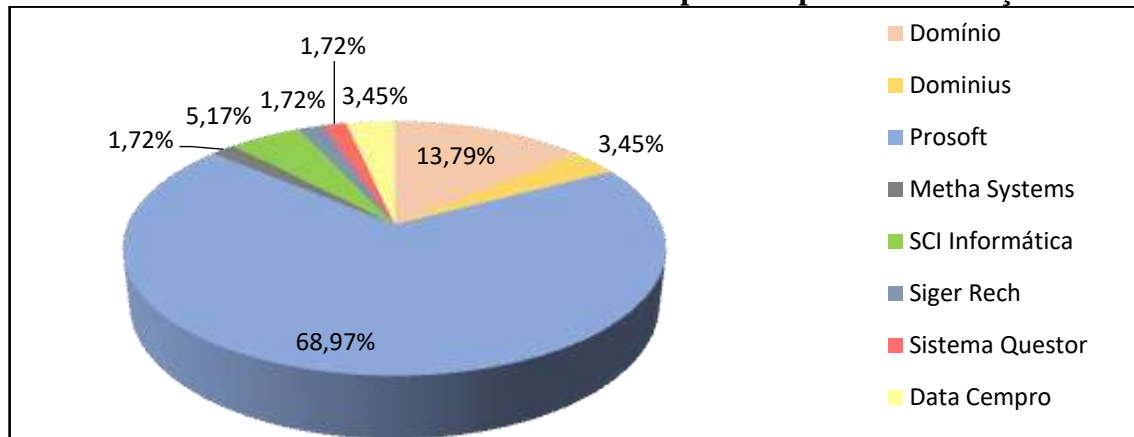
Dos municípios que fazem parte da região do Vale do Caí, no Gráfico 1 é possível analisar que das empresas de serviços contábeis 50,00% são do município de São Sebastião do Caí, 15,52% do município de Montenegro, 8,62% de Feliz, 8,62% Bom Princípio, 3,45% do município de Brochier, 3,45% do Vale Real, 3,45% de Harmonia, 1,72% são de Tupandi, 1,72% de Barão, 1,72% de Salvador do Sul, e 1,72% de São José do Hortêncio.

No Gráfico 2, é possível analisar os *softwares* utilizados como ferramenta de apoio, pelas empresas de serviços contábeis.





**GRÁFICO 2 – Sistemas de contabilidade utilizados pelas empresas de serviços contábeis**



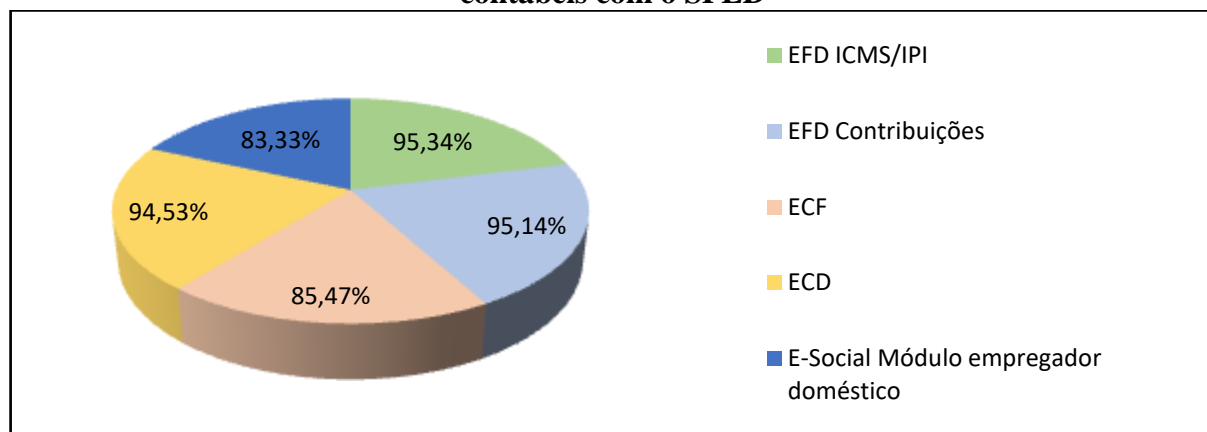
Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação aos sistemas de contabilidade utilizados pelas empresas de serviços contábeis, é possível analisar que 68,97% utilizam o sistema de contabilidade Prosoft, 13,79% utilizam o sistema de contabilidade Domínio, 5,17% utilizam a SCI Informática, 3,45% utilizam o sistema Dominius, 3,45% utilizam o sistema Data Cempro, 1,72% utilizam a Metha Systems, 1,72% utilizam a Siger Rech e 1,72% utilizam o Sistema Questor.

Os sistemas de contabilidade Domínio, Prosoft e Dominius, foram detectados através das análises realizadas, porém não são empresas de sistemas de contabilidade localizadas na região do Vale do Caí.

Percebeu-se que das empresas de sistemas de contabilidade existentes no Vale do Caí, apenas a empresa Metha Systems é utilizada por uma empresa de contabilidade, e que as demais empresas prestadoras de serviços contábeis utilizam sistemas que não fazem parte da região do Vale do Caí.

**GRÁFICO 3 – Compatibilidade dos *softwares* utilizados pelas empresas de serviços contábeis com o SPED**



Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação a compatibilidade dos sistemas de contabilidade das empresas de serviços contábeis, verificou-se que em relação à EFD ICMS/IPI os *softwares* atendem 95,34% das informações exigidas por esta declaração, já a EFD Contribuições os *softwares* atendem 95,14% das informações exigidas por esta obrigação.

Verificou-se também que em relação à ECF os *softwares* executam 85,47% das exigências elencadas por esta declaração, no que concerne a ECD os *softwares* de



contabilidade executam 94,53% das informações exigidas por esta declaração.

No que tange ao E-Social módulo empregador doméstico, os *softwares* de contabilidade fornecem 83,33% os dados exigidos para o correto preenchimento desta obrigação.

Verificou-se que em relação aos blocos e relatórios que não são gerados por todos os sistemas de contabilidade, entende-se que as empresas de serviços contábeis estão informando manualmente as informações necessárias para a validação e entrega das obrigações acessórias do SPED.

Portanto os *softwares* de contabilidade das empresas de serviços contábeis atendem a maioria das funcionalidades exigidas pelas obrigações ECF, ECD, EFD ICMS/IPI, EFD Contribuições e E-Social módulo empregador doméstico, sendo compatíveis com o SPED.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo geral identificar se os *softwares* de contabilidade utilizados pelas empresas de serviços contábeis do Vale do Caí são compatíveis com o SPED. Para isso, buscou-se fundamentar e caracterizar os sistemas de informações contábeis, e obrigações acessórias exigidas do SPED através de pesquisa bibliográfica.

Em relação às obrigações acessórias do SPED, a partir da literatura sobre o tema, encontrou-se como obrigações acessórias que devem ser entregues pelas empresas de serviços contábeis a Escrituração Contábil Digital (ECD), a Escrituração Contábil e Fiscal (ECF), a Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital – EFD ICMS/IPI, E-social módulo empregador doméstico.

A questão de pesquisa deste estudo foi verificar de que forma os *softwares* de contabilidade utilizados pelas empresas de serviços contábeis do Vale do Caí são compatíveis com o SPED. Para tanto, elaborou-se um questionário com as obrigações acessórias exigidas pelo SPED e demais funcionalidades dos softwares, e enviou-se às empresas de serviços contábeis para respondê-lo.

A partir de pesquisa junto ao Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, obteve-se a informação da existência de 85 escritórios de contabilidade na região do Vale do Caí. Assim, considerou-se essa quantidade como sendo a população desse estudo, na qual a amostra desse estudo foram 38 escritórios (44,71% da população).

Através das respostas obtidas, verificou-se que apenas a empresa de software de contabilidade Metha Systems é utilizada por uma empresa de serviço contábil da região do Vale do Caí.

Conclui-se então, que em relação aos *softwares* utilizados pelas empresas das empresas de serviços contábeis, são compatíveis com o SPED, pois verificou-se que em relação a Escrituração Contábil Digital (ECD), Escrituração Contábil e Fiscal (ECF), Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital – EFD ICMS/IPI, E-social módulo empregador doméstico, a maioria dos *softwares* das empresas de serviços contábeis geram a maioria das informações exigidas pela obrigações acessórias do SPED.

O estudo possibilitou evidenciar de uma forma dinâmica, como as novas obrigações do SPED abrangem informações de obrigações acessórias já existentes de forma que, muitas obrigações acessórias deixarão de ser entregues para constar suas informações centralizadas no SPED.

Também em relação às informações que não são geradas pelos *softwares*, entende-se que as empresas de contabilidade estão preenchendo as obrigações de forma manual, e que é importante que as empresas de contabilidade façam com o auxílio dos profissionais de TI, para efetuar as parametrizações adequadas para que as funcionalidades dos sistemas sejam



utilizadas.

Mesmo tendo respondido o objetivo geral, sugere-se continuar pesquisando em relação ao tema, pois acredita-se que as empresas de sistemas de contabilidade devem continuar aprimorando suas funcionalidades para atender as obrigações atuais do SPED, na qual a Receita Federal está se modernizando para aprimoramento dos seus sistemas de fiscalização. Ainda como sugestão, efetuar novas pesquisas em relação ao tema para em função das constantes atualizações de legislação.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Osmar Reis; MARIANO, Paulo Antonio. **Sped: Sistema Público de Escrituração Digital**. 6 ed. São Paulo: IOB Folhamatic, 2014.

BAZZI, Samir. **Contabilidade em ação**. 2014. Disponível em: <<http://ucs.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788544301333%20%20%20%20/pages/5>>. Acesso em: 20 de nov. 2015.

BRASIL. **Ato Declaratório Executivo Corec nº 3**, de 31 de maio de 2016. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=74380>>. Acesso em: 02 mai. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 6022, de 22 de janeiro de 2007**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/Decreto/D6022.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6022.htm)>. Acesso em: 02 nov. 2015

\_\_\_\_\_. **Convênio ICMS nº 143, de 15 de dezembro de 2006**. Brasília, 2006. Disponível em: <[http://www1.fazenda.gov.br/confaz/confaz/convenios/icms/2006/CV143\\_06.htm](http://www1.fazenda.gov.br/confaz/confaz/convenios/icms/2006/CV143_06.htm)>. Acesso em: 03 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. **E-Social**. Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/1507>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

\_\_\_\_\_. **Escrituração Contábil Fiscal (ECF) substitui a DIPJ, a partir desse ano**. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/noticias/ascom/2015/julho/escrituracao-contabil-fiscal-ecf-substitui-a-dipj-a-partir-desse-ano>>. Acesso em 20 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. **Simple Nacional. Optantes pelo Simples Nacional na área de construção civil obrigadas a declarar a CPRB por meio da DCTF**. Disponível em: <<http://bit.ly/292zv72>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

CASALINO, Vinícius. **Curso de Direito Tributário e Processo Tributário: Teoria Geral e Direito Constitucional Tributário**. 1 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

CASSARRO, Antonio Carlos. **Sistemas de Informações para a Tomada de Decisões**. 3. ed. São Paulo: Thomsom, 2003.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PARÁ. **Sistema Público de Escrituração Digital**. Pará: 2011.



DUARTE, Roberto Dias. **Big Brother Fiscal III**: o Brasil na era do conhecimento: como a certificação digital, SPED e NF-e estão transformando a Gestão Empresarial no Brasil. 3. ed. Belo Horizonte: Ideas Work, 2009.

FANTONI, Odair Rocha. **Esocial fácil**: implementação consciente. 2. ed. São Paulo: LTR, 2015.

FILHO, Arhur Nardon. **Da escrituração manual ao SPED**: A relação do Fisco com as empresas. Net, Porto Alegre, jul 2010. Disponível em:  
<[www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro\\_sped.pdf](http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_sped.pdf)>. Acesso em: 02 nov. 2015.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Corede Vale do Caí**. Disponível em:  
<<http://www.fee.rs.gov.br/perfilsocioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Vale+do+Ca%ED>>  
. Acesso em: 03 nov 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio de Loureiro; BIANCOLINO, César Augusto; BORGES, Tiago Nascimento. **Sistemas de informações contábeis**: uma abordagem gerencial. São Paulo: Saraiva, 2010.

HIGA, Neusa; Stella Maris Lima. **Contabilidade em processo**: da escrituração à controladoria. [S.I.]: Virtual Books, 2015. Disponível em:  
<<http://ucs.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788544302705/pages/-2>>. Acesso em: 12 set. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO. **Empresômetro**. Disponível em: <<https://listas.empresometro.com.br/>>. Acesso em 15 nov. 2015.

JOÃO, Belmiro. **Sistemas Computacionais**. [S.I.]: Virtual Books, 2014. Disponível em: <<http://ucs.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788543005621>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. **Sistemas de Informações Gerenciais**. [S.I.]: Virtual Books, 2010. Disponível em:  
<[http://ucs.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788576050896/pages/\\_5](http://ucs.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788576050896/pages/_5)>. Acesso em: 20 de nov. 2015.

MALHOTRA, Naresh K. *et al.* **Introdução à pesquisa de marketing**. São Paulo, SP: Pearson, 2005.

MASCARENHAS, Sidnei Augusto. **Metodologia Científica**. 2012. Disponível em:  
<<http://ucs.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788564574595/pages/-12>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

MEDEIROS, Cátia Maria Soares. **eSocial 2.0**: Nova realidade para escritórios contábeis e seus clientes. Palestras ministradas em 08, 11, e 15/06/2015 – Colatina, Linhares e Cachoeiro de Itapemirim –ES.

OLIVEIRA, Antônio Sérgio de. **Sped no escritório contábil manual do contador**. 1. ed. São Paulo: Ônixjur, 2011.



ORTEGA, Márcia Cristina da Silva; PILENGHY, Marlene Muniz Oliveira. **Procedimentos adotados no processo de escrituração contábil digital ECD no Sistema Público de Escrituração Digital SPED: Estudo de Caso numa Indústria de Granitos.** Net, Paraná, dez. 2011. Disponível em: <

<http://revista.ulbrajp.edu.br/ojs/index.php/contabeis/article/view/1402/301>>. Acesso em 03 nov. 2015.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Sistemas de Informações Contábeis: fundamentos e análise.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PEROTTONI, Rodrigo; OLIVEIRA, Mirian; LUCIANO, Edimara M.; FREITAS, Henrique. **Sistemas de informações: um estudo comparativo das características tradicionais às atuais.** Net, Porto Alegre, nov. 2001. Disponível em:<<http://bit.ly/1MAIURf>> , Acesso em: 02.nov.2015.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SOUZA, Jobson Monteiro de. **Economia Brasileira.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

TOIGO, Renato Francisco. **Fundamentos de Contabilidade e Escrituração.** 4 ed. Caxias do Sul: Educs, 2009.

ZITTEI, Marcos Vinicius Moreira. **Inteligência Contábil: um estudo em empresas fornecedoras de sistemas de Business Intelligence.** 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP, São Paulo.